

SIMBOLOS DA MONARQUIA NO BRASIL – II REINADO: RITUAIS, INSÍGNIAS E A ORDEM SOCIAL

Ana Cristina Bezerra Costa
Universidade Católica de Pernambuco
Mestrado Profissional Em História
anacbcosta1701@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar o caráter simbólico das insígnias e rituais imperiais utilizados pela casa monárquica brasileira, em especial durante o reinado de d. Pedro II, tomando como base a concepção de poder simbólico formulada por Pierre Bourdieu, onde os símbolos, poder invisível acatado tanto pelas classes dominante e dominada, legitimam a dominação e a ordem social.

Palavras-chave: Monarquia, segundo reinado, insígnias imperiais, simbolismo, ordem social

INTRODUÇÃO

Segundo Bourdieu, as elites que detêm o poder procuram produzir símbolos como instrumento de dominação, primeiro porque propiciam a integração da classe dominante e segundo porque as distinguem das demais classes sociais, além disso desmobilizam os dominados e asseguram a ordem através do estabelecimento e legitimação das hierarquias sociais. Tal prática fortalece a alta sociedade ao mesmo tempo que compele as classes subalternas a se distanciarem da elite. Os símbolos funcionariam, assim, como um instrumento

político de comunicação que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra, ou ainda, para a "domesticação dos dominados" (BOURDIEU, 1989, p. 10 e 11).

Por outra parte, os símbolos e as tradições também possuem uma função de congraçamento e coesão social. Ao longo das décadas em que o Brasil viveu sob o regime monárquico, especialmente durante o segundo reinado, buscou-se forjar elementos identitários extremamente importantes para a formação da nação. Era necessário construir uma identidade nacional, garantir a unidade territorial, fundar instituições que administrassem o país e estabelecer padrões civilizatórios. Em outras palavras, desejou-se dotar a nação de condições indispensáveis à sua existência e perpetuação.

Para tanto, o estado imperial brasileiro utilizou-se de diversos símbolos e rituais para sua afirmação, como: distribuição de títulos de nobreza, realização de cortejos e procissões, elaboração de manuais de civilização, desenvolvimento de projetos arquitetônicos, literários e de artes plásticas além de incentivo à produção da historiografia nacional (SCHWARCZ, 1998, p. 31).

O monarca, por sua vez, também exercia a função de "juiz" aparando as arestas entre as forças políticas locais. Utilizava-se da coroa como símbolo maior de um poder que estaria acima de quaisquer outras divergências, essencial para se evitar conflitos e manter a ordem social. (SCHWARCZ, 1998, p. 37)

Segundo estudos antigos e recentes, d. Pedro II capitaneou a produção da nação reforçando diversos símbolos monárquicos da dinastia bragantina, começando pela fabricação de sua imagem pessoal e pública, sendo ele próprio convertido em um elemento identitário da nação (SCHWARCZ, 2015).

Neste estudo tomar-se-á como objeto de pesquisa uma das formas então utilizadas para fortalecer e consolidar ainda mais a figura do imperador e do regime monárquico: os rituais e insígnias imperiais.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMPERADOR E DO ESTADO MONÁRQUICO

O exercício do poder está respaldado na utilização de rituais, símbolos e costumes e estes têm o papel de comunicar eficientemente à população quem, ou que classe social, efetivamente o exerce. Os governos, em geral, lançam mão de "aparatos teatrais para representar e encenar o poder", entretanto é em regimes monárquicos onde etiqueta, festas e

insígnias possuem tal importância que delas dependem a sobrevivência do sistema. Nesta forma de governo, a pessoa do monarca ocupa lugar central a e sociedade gira em torno do rei. (SCHWARCZ, 2001, p. 18 a 37).

Quadro 1-D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral



Óleo sobre tela de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1872, Museu Imperial de Petrópolis[1]

Embora carregasse toda uma tradição europeia, herdada dos Habsburgo, Bourbon e Bragança[2], a corte brasileira tinha as suas especificidades ao se projetar sobre uma população mulata e de costumes trazidos da África. O próprio termo "imperador" foi adotado não só em relação à grande extensão territorial, mas também em referência à admiração que d. Pedro I nutria pela figura de Napoleão Bonaparte, ademais também seria uma oposição a Portugal: já que lá havia um rei, aqui haveria um imperador.

O primeiro reinado (1822 a 1831) foi marcado por uma série de eventos determinantes para a política brasileira, como o fechamento da Assembleia Constituinte (1823), a Constituição de 1824, a indenização pelo reconhecimento português de independência brasileira, a Confederação do Equador (1824), a Guerra da Cisplatina (1825), a crise econômica

[1] Disponível em https://pt.wikipedia.org/

[2] Habsburgo por descendência da primeira imperatriz o Brasil e mãe de d. Pedro II, d. Leopoldina; Bourbon por d. Carlota Joaquina (ramo espanhol), mãe de d. Pedro I, e por d. Teresa Cristina (ramo italiano), filha do Rei das Duas Sicílias Francisco I e consorte de d. Pedro II; e Bragança por descendência da família imperial portuguesa. Ainda houve outros dois ramos da família imperial brasileira: Orléans por casamento em 1864 entre a Princesa Isabel e o príncipe Gastão de Orléans, o Conde D´eu; e Saxe-Corburgo, pelo casamento da princesa Leopoldina com o príncipe Luís Augusto de Saxe-Corburgo.

e política que culminaram na abdicação de d. Pedro I em 1831. Seguiu-se a este o período regencial (1831 a 1840) marcado por uma grave crise política, onde Restauradores, Moderados e Exaltados disputavam o controle do governo, dando lugar a uma série de revoltas que eclodiram por todo o país por melhores condições de vida para a população e pelo controle do poder local. (CARVALHO, 2007)

Os políticos brasileiros e grande parte da população acreditavam que a grave crise que o país enfrentava era fruto, principalmente, da falta de um imperador forte e com poderes para enfrentar a situação. Em 23 de julho de 1840, implementado pelos liberais, foi antecipada pelo Senado a maioridade de d. Pedro (antes de completar 15 anos) e declarado o fim da regência. Episódio conhecido como o Golpe da Maioridade, tratou-se de uma forma encontrada pelos políticos brasileiros de dar poder e autoridade ao jovem imperador para que as revoltas pudessem ser debeladas e a ordem fosse restaurada no Brasil.

O Golpe da Maioridade colocou no trono um imperador com apenas 14 anos e neste momento todo o investimento no fortalecimento da imagem do monarca era extremamente necessário. Os símbolos eram mais importantes que nunca e não foram medidos esforços, inclusive financeiros, para a realização da cerimônia de sagração e coroação de d. Pedro II. Ficara decidido que seria reintroduzido o ritual de sagração (ato de tornar o rei divino, acima dos demais) e coroação que estavam abolido em Portugal desde o desaparecimento de d. Sebastião em Alcácer-Quibir (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 270). A importância dada ao cerimonial de coroação com seus ritos, pompa e vestes se observa já na antecedência com que se publicou o folheto intitulado *Disposições para a sagração de S.M. O imperador*, que continha o programa que deveria ser seguido pela população, um mês antes do evento. A intenção era exibir a grandiosidade do império e iniciar uma nova tradição. Seria o maior espetáculo jamais encenado no Brasil, devendo ser memorável para que todos guardassem a magnificência da casa imperial brasileira e do próprio Estado, bem como da existência de um novo soberano (SCHWARCZ, 2001, p. 112). Construíndo-se um cenário de amplas proporções que se estendia do Paço à Capela imperial, com um "templo" ao centro, de onde d. Pedro saudaria o povo após coroado. A "varanda", como também foi chamado o cenário, foi ricamente decorada para projetar a imagem do novo reinado: leões representando força, estátuas da Justiça e Sabedoria, medalhões de Carlos Magno, Napoleão Francisco II e Pedro, o grande, todos fundadores de impérios lá se fizeram presentes. O período regencial, representado como a anarquia, a desordem, a barbárie, enquanto o Império surge como o Estado pacífico e próspero, assentado na sabedoria e civilidade. O ritual de aclamação, sagração e coroação, que

durou quatro dias, seguiu um detalhado e rigoroso programa que incluía: cortejo com guarda de honra, banda de música e vários coches que conduziram a família real; cerimônia de beija-mão para um seleto público que aguardava na Capela Imperial além de desfile pomposo das insígnias imperiais (SCHWARCZ, 2015, p. 268 a 271).

Uma vez alcançada a maioridade e celerada a coroação de d. Pedro, o casamento fazia parte da estratégia de formação da imagem do imperador. Encontrada a noiva, d. Teresa Cristina, irmã do rei de Nápoles, que chegou ao Brasil no dia 03 de setembro de 1843, seguiram-se te-déum, beija-mão, folguedos, jantar de gala no Paço imperial e festas nas paróquias da corte (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 273).

Outros recursos também foram utilizados para a construção simbólica da imagem do imperador e para fixar a mesma no imaginário popular. Palácios suntuosos associados ao imperador apareciam com frequência em litogravuras e desenhos: "não há rei sem palácio bem como não há soberania sem território". O palácio do rei, que deveria ser o mais imponente da corte, era mantido pelo Tesouro Público e administrado por um mordomo-mor.

Da época de d. João VI provinha uma heráldica brasileira, com a criação dos brasões e o processo de titulação dos nobres brasileiros. O ato de conceder títulos de nobreza também era uma forma de fortificar o poder real partindo da mesma premissa de reconhecimento do poder/status de grandes senhores e proprietários. Se não constituía garantia de eliminação de focos de contestação, ao menos poderia servir de base para potenciais apoios chaves para a sobrevivência do regime monárquico. Durante o período imperial brasileiro foram concedidos 1.439 títulos de nobreza. (SCHWARCZ, 2001, p. 313).

O Brasil, país de dimensões continentais e com uma população majoritariamente rural e marcada pela escravidão, cercada de repúblicas, carecia, todavia, de sentimentos de nacionalismo, que sobrepujassem ao velho provincialismo. Objetivando "organizar moralmente a nacionalidade e formar uma elite", durante o segundo reinado algumas imagens foram estrategicamente escolhidas para serem valorizadas e outras para serem esquecidas. Formou-se um "triângulo imagético nacional" composto de: 1) natureza, 2) índios (os belos naturais) e 3) o próprio imperador. Como era de se esperar, Já os africanos escravizados ficaram alijados do discurso visual oficial. A manutenção do mercado escravo trazia para o Brasil uma imagem de nação "bárbara" e precisava ser omitida, apesar da economia do país estar assentada neste tipo de mão de obra e as cidades contarem com cerca de 1/3 de população negra (SCHWARCZ, 2001).

Segundo Schwarcz, "Pedro II implementou um projeto nacional romântico, desejoso de um rompimento cultural com Portugal e muito pautado em recursos e material visual: primeiro, por meio de grandes telas criadas pela Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e, depois – ou conjuntamente a partir da segunda metade do século XIX –, pelo incentivo e disseminação da fotografia". Diversas fotografias do monarca e da família imperial foram feitas com o objetivo de divulgar determinadas imagens selecionadas do império e do imperador, quase sempre retratado como um "mecenas ilustrado, cercado de livros, globos e demais símbolos de erudição". O rei queria ser visto como um amante dos livros com "pose cuidadosamente talhada, ar impoluto, sério e altivo" (SCHWARCZ, 2015). d. Pedro investiu financeiramente na formação de uma geração de artistas, literatos e músicos, fazendo desta ação um plano de Estado, além de neutralizar iniciativas culturais contrárias aos seus ideais. Atuou fortemente na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) que, embora criada em 1826 passou a funcionar regularmente apenas no segundo império. A AIBA passou a distribuir prêmios[3] e insígnias da Ordem de Cristo para os artistas mais destacados, sendo alguns contratados como "pintores oficiais da corte" para produção de retratos oficiais e de obras de exaltação da natureza e dos indígenas, devendo ser estes últimos considerados como representantes originais da nação. Esta atuação como patrocinador das artes propiciou ao monarca o reconhecimento como mecenas: "o sábio imperador dos trópicos". Na música fundou a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional para formação de músicos e divulgação de canto lírico (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 289 e 290).

Perseguindo a criação de uma nacionalidade, a partir da década de 1840, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)[4] passou a reunir a intelectualidade brasileira com o objetivo de escrever a história do país, selecionando eventos e personagens a serem convertidos em heróis nacionais. d. Pedro II foi o grande incentivador, protetor[5] e assíduo frequentador do instituto, tendo, inclusive, oferecido em 1839 uma sala no Paço imperial para a realização das reuniões. Funcionando como um elo entre o Estado e a elite intelectual, o IHGB foi o maior responsável pela escrita oficial da história nacional. Os encontros eram aos domingos, com temas escolhidos previamente, e reuniam a "boa elite da corte", além dos pintores, escritores e historiadores. Eram membros do IHGB grandes personalidades como: Manuel de Araújo

[3] Instituiu o "Prêmio Viagem" que consistia de 3 anos de estudos no exterior custeados pela coroa (SCHWARCZ e STARLING, Brasil: Uma biografia 2015, 289)

[4] Fundado em 1838 seguindo o modelo do Institut Historique de Paris

[5] Em 1838 d. Pedro II foi convidado para "protetor" do IHGB

Porto-Alegre que atuou diretamente na AIBA, os escritores Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo e o historiador Francisco Adolfo de Varnhagem. Varnhagem, inclusive, utilizava-se da revista do instituto para divulgar o contraste entre a estabilidade da monarquia constitucional brasileira e os governos marcados por guerras civis e ausência de liberdade como nas repúblicas sul-americanas. Como afirmou Schwarcz: "Seguindo o exemplo de Luís XIV, d. Pedro não apenas formava sua corte como elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para enaltecer a nacionalidade e literatos para criar um tipo nacional". (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 283 a 286)

Os gestos do imperador também são fundamentais para a construção de sua imagem. Por ocasião de um surto de cólera que abalou o Rio de Janeiro no final da década de 1840, causando 5 mil mortes, ao contrário da elite que se refugiou em Petrópolis com medo de contrair a doença, d. Pedro II visitou hospitais e focos da doença, falava diretamente aos enfermos levando força e conforto (DEL PRIORE, 2008, p. 136)

O hábito de anotar todos os detalhes e impressões de lugares e pessoas quando se deslocava para longe da corte expressa interesse com a sua imagem e também expressa o objetivo do monarca em deixar seus relatos, consequentemente sua reputação, que um dia atenderiam à curiosidade da história. Neste sentido, há quase um consenso entre os historiadores acerca dessa percepção real (FRAGA; MARTINS, 2011). São 43 cadernetas, cuidadosamente anotadas, além de grande quantidade de cartas e de papéis avulsos[6] contabilizando cerca de 5.500 páginas escritos entre 1840 e 1891. d. Pedro descrevia locais visitados com explicações e mapas, desenhos de próprio punho, fatos do cotidiano, ideias, anotações auxiliares e explicações sobre algumas decisões tomadas. Segundo Lilia Schwarcz "seu interesse maior (de d. Pedro II) era formar uma imagem, através de seus deslocamentos pelo País e pelo Exterior, para evitar o desmembramento da Nação. Isso está bem nítido nos diários". Ressalte-se, entretanto, que em raras ocasiões o monarca escreveu sobre sua vida pessoal. Nos primeiros anos as anotações eram limpas e firmes, mas com o passar dos anos a caligrafa tornou-se quase ilegível. O imperador dava tamanha importância aos diários que ao final da vida, já doente e sem poder escrevê-los de próprio punho, fez questão de ditá-los.

[6] Atualmente compõem o fundo Casa Imperial do Brasil e encontram-se disponíveis para consulta no Museu Imperial em Petrópolis. Após a Proclamação da República esta documentação foi enviada para o Castelo D'eu, residência da família imperial no exílio. Em 1949 foi doada ao Museu Imperial pelo príncipe d. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, bisneto de d. Pedro II.

Partindo da premissa que "quem escreve espera ser lido", em um autorretrato registrado em seu diário no dia 31 de dezembro de 1861, d. Pedro II define sua imagem:

> "Pouco direi do indivíduo. Tenho espírito justiceiro, e entendo que o amor deve seguir estes graus de preferência: Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo. Sou dotado de algum talento, mas o que sei devo-o sobretudo à minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberalidade; mas não sei por quê, com pouco me contento, e tenho oitocentos contos por mês.
>
> Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de Presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos o meu pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo".

AS INSÍGNIAS IMPERIAIS

Objetos e artes visuais como quadros, fotografias, esculturas, monumentos, obras arquitetônicas funcionam como textos ou discursos e ajudam a construir o imaginário popular e solidificar a figura do rei. As insígnias imperiais, com sua pompa e ostentação, eram outra simbologia fortemente utilizada. Entre as principais insígnias do segundo reinado estão a coroa, o cetro, o manto, a espada, as luvas, o globo e o anel imperial (SCHWARCZ, 2001, p. 365).

A **coroa imperial**, símbolo maior e mais representativo da realeza, com 16 polegadas de altura, feita especialmente para a sagração e coroação de d. Pedro II. Toda em ouro e com arremate de uma esfera sustentando uma cruz, a base é ornada com pérolas e brilhantes, muitos dos quais retirados da coroa de seu pai. A coroa significava o caráter sagrado e sobrenatural do poder do rei. Foi confeccionada pelo ourives Carlos Marin aproveitando os brilhantes da coroa de d. Pedro I, e um fio de pérolas, também herança paterna. Atualmente faz parte do acervo do Museu Imperial de Petrópolis e é considerada a peça mais rara e valiosa das coleções nacionais.

Fotografia 1 - A coroa de d. Pedro II



Fonte: site do Museu Imperial – Petrópolis/RJ[7]

O **cetro imperial**, todo em ouro e brilhantes, era uma espécie de bastão de comando e significava o prolongamento do braço do rei. Media 1,76m e no alto está a serpe, símbolo da dinastia dos Bragança, com olhos de brilhantes (colocados por ocasião da sagração e coroação de d. Pedro II) representando força e coragem. Foi confeccionado pelo ourives fluminense Manuel Inácio de Loiola, sob orientação de Inácio Luís da Costa para a sagração e coroação de d. Pedro I, a 2 de dezembro de 1822.

Fotografia 2 - Cetro Imperial



Fonte: site do Museu Imperial – Petrópolis/RJ

[7] Disponível em http://www.museuimperial.gov.br/, acesso em 28/04/2017

O manto imperial era de veludo verde (simbolizando o novo mundo) forrado de cetim amarelo, com tarja bordada e semeado de estrelas de ouro, dragões e esferas;

Fotografia 3 - Manto Imperial



Fonte: site do Museu Imperial – Petrópolis/RJ[8]

A espada imperial também havia pertencido a d. Pedro I, feita de prata e com as armas da coroa portuguesa, enquanto que **as luvas** eram de seda e bordadas com as armas do império brasileiro;

Fotografia 4 - Luvas imperiais



Fotografia 5 - Espada imperial



Fonte: site do Museu Imperial – Petrópolis/R[9]

Por último, **o globo imperial**, feito de prata com 19 estrelas de ouro e cortado pela Ordem de Cristo, simbolizava o poder universal que pertencia exclusivamente aos reis e **o anel,** de ouro, todo incrustado de brilhantes e que deveria ser usado no anular da mão direita, completam o conjunto das insígnias imperiais.

OS RITUAIS IMPERIAIS

As cerimônias e rituais imperiais possuíam igualmente um caráter teatral regulado por uma etiqueta de papel fundamental. Todos: o monarca, a corte e os súditos tinham que

[8] Disponível em http://www.museuimperial.gov.br/, acesso em 28/04/2017
[9] Disponível em http://www.museuimperial.gov.br/, acesso em 28/04/2017

compactuar com a encenação para que ela acontecesse a contento. Estas encenações solenes, normalmente de cariz religioso, consistiam em parte essencial para a consolidação da imagem das monarquias. Para a população como um todo havia um sentimento de subordinação e adesão ao rei, e contracenar junto a ele era sinônimo de distinção.

As **procissões[10] e cortejos** foram práticas largamente utilizadas pela coroa portuguesa desde o século XIV sendo a solenidade do Corpo de Cristo a principal delas. Nesta ocasião havia a exposição do Santíssimo Sacramento[11] que era seguido por um cortejo cívico e de carros alegóricos, festejos e autos sacramentais. A encenação chegava a durar horas e tinha caráter tanto religioso como social. O rei regulava os usos e os costumes, as vestimentas além de coreografias e o lugar do Clero. Tratava-se, portanto, de um ato religioso, mas que possuía conotação social e que embutia uma política de apropriação do espaço através do ritual sagrado, recurso amplamente utilizado pelas monarquias para fortalecer sua imagem e exercer sua força.

O ritual de **beija-mão**, que representa a submissão e aceitação da monarquia tanto pela elite como pela população menos abastada, era também aproveitada como uma oportunidade de se fazer pedidos ao rei. Trazido para o Brasil por d. João VI, que reservava todas as noites com exceção de domingos e feriados, a cerimônia era prestigiada por toda a corte. No segundo reinado, o ritual foi utilizado em ocasiões especiais como solenidades, deslocamentos e retornos do monarca para longe da corte e aniversários. Durante as festividades realizadas por ocasião da sagração e coroação de d. Pedro II, o beija-mão representava "a aceitação da corte, que se curva diante do novo imperador e, com seu gesto, sujeita-se ao regime" (SCHWARCZ, 2001, p. 498 a 506)

O **te-déum**, que segundo o Papa Bento XVI "é um antigo hino litúrgico tradicional de ação de graças que inicia com o louvor "nós vos louvamos, ó Deus, nós vos proclamamos Senhor" e termina com uma profissão de fé "vós sois a nossa esperança, não seremos eternamente confusos". Já recebeu diversas musicalizações e traduções tendo o próprio d. Pedro I composto um té-déum dedicado a seu pai, d. Joao VI. É entoado nos cultos católicos e nos rituais de ação de graças principalmente nos eventos solenes, como os que participava a monarquia brasileira. Quando d. João VI chegou ao Brasil foi recebido com um te-déum e nas

[10] O termo *procissão* ou *préstito,* significa "marchar para frente", "caminhar em busca de algo" ou "grupo de pessoas que caminham solenemente". Na conotação religiosa, é a expressão pública de culto a uma divindade.

[11] Santíssimo Sacramento representa para a Igreja Católica a presença do corpo de Jesus Cristo na hóstia consagrada.

visitas de d. Pedro I e d. Pedro II às cidades brasileiras o ritual religioso era composto pela execução deste canto religioso e não pela celebração de missas.

CONCLUSÃO

No Brasil imperial, recém emancipado de Portugal e ainda em formação como nação, a ressignificação dos velhos símbolos régios fazia parte de um estratégia para legitimar o jovem monarca e ao mesmo tempo ajudava a garantira a unidade e permanência da nação no cenário mundial. É evidenciado na historiografia e fontes pesquisadas que o próprio d. Pedro II capitaneou a construção de sua imagem e a de seu império. Preocupou-se com a forma que a nação seria percebida e divulgou com suas viagens ao exterior a visão de um Brasil próspero e abundante.

Alguns aspectos do projeto de governabilidade do segundo império brasileiro foram aqui apresentados, assim como suas insígnias e principais rituais utilizados. Entendemos que os símbolos criados e ressignificados atingiram seus objetivos, coadjuvando em um reinado que durou 49 anos e tornou-se um dos mais longevos da história.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* Lisboa: Difel, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II - ser ou não ser.* Vol. Coleção Perfil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do imperado.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FRAGA, Alessandra B F, e Thais C MARTINS. "*O hábitus e o hábito de d. Pedro II: novos olhares sobre os diários do imperado*r." *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "*Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais.*" *Revista Enfoques* (Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2015: 392 a 341.

_____. *O Império em Procissão: ritos e símbolos do segundo reinado.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *As Barbas do Imperador.* 2a. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, e Heloísa Murgel STARLING. *Brasil: Uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.